

Fundação Amália Vanzella Toniello

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Emreais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.033	42.966	Fornecedores	7	5.803	3.813
Outros créditos		3.841	7.732	Salários e encargos sociais	8	7.783	4.831
Total do ativo circulante		58.874	50.698	Impostos e contribuições a recolher		527	592
				Provisão para férias e encargos	9	11.068	3.762
Não circulante				Subvenções governamentais a realizar	10	3.044	1.481
Imobilizado	5	18.577	12.646	Total do passivo circulante		28.225	14.479
Intangível	6	3.267	2.640				
Total do ativo não circulante		21.844	15.286	Patrimônio líquido	11	52.493	51.505
Total do ativo		80.718	65.984	Patrimônio social		80.718	65.984
				Total do passivo e do patrimônio líquido		80.718	65.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Amália Vanzella Toniello

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas operacionais			
Doações recebidas	12	654.000	661.000
Subvenções governamentais	12	45.938	22.269
Receita líquida		<u>699.938</u>	<u>683.269</u>
Custos educacionais	13	<u>(299.885)</u>	<u>(309.627)</u>
Resultado bruto		<u>400.053</u>	<u>373.642</u>
Despesas operacionais			
Pessoal	14	(141.264)	(126.416)
Administrativas e gerais	15	(256.313)	(244.470)
		<u>(397.577)</u>	<u>(370.886)</u>
Superavit antes do resultado financeiro		<u>2.476</u>	<u>2.756</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(1.488)</u>	<u>(2.233)</u>
Superavit do exercício		<u>988</u>	<u>523</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Amália Vanzella Toniello

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superavit Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023	50.982	-	50.982
Superavit do exercício	-	523	523
Incorporação do superavit ao patrimônio social	523	(523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	51.505	-	51.505
Superavit do exercício	-	988	988
Incorporação do superavit ao patrimônio social	988	(988)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.493	-	52.493

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Amália Vanzella Toniello

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	988	523
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	10.934	16.046
Variação de contas ativo e passivo		
Outros créditos	3.891	(3.033)
Fornecedores	1.990	177
Obrigações trabalhistas	10.258	(24)
Obrigações tributárias	(65)	85
Subvenções governamentais a realizar	1.563	1.481
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>29.559</u>	<u>15.255</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados e intangíveis	(17.492)	-
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(17.492)</u>	<u>-</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>12.067</u>	<u>15.255</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	55.033	42.966
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.966	27.711
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>12.067</u>	<u>15.255</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Amália Vanzella Toniello

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em reais

1 Contexto operacional

A Fundação Amália Vanzella Toniello ("Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos de duração indeterminada, com a aplicação integral de suas rendas, recursos e resultados eventuais na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

Rege-se por Estatuto Social, instituído em dezembro de 2018, com sede e foro na cidade de Ribeirão Preto SP, e tem objetivo o desenvolvimento de projetos educacionais, programas de inclusão social, criação de centros educacionais, programas de assistência a crianças e adolescentes, e realização de projetos para os familiares dos menores assistidos. O início de suas atividades se deu em abril de 2019.

Os valores arrecadados são repassados 100% aos projetos supracitados e é vedada a distribuição de qualquer parcela do patrimônio ou dos rendimentos da Fundação, sob qualquer forma, a título de participação no resultado.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades de Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em 17 de janeiro de 2025.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Fundação.

d Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras, conforme as normas aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), envolvem a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Vida útil de ativos de longa duração.
- Passivos contingentes
- Teste de redução do valor recuperável de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Fundação nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

a Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos por atender as condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, é ativo financeiro básico: i) caixa e equivalentes de caixa. O passivo financeiro básico é: i) fornecedores.

O ativo e passivo financeiro básico são mensurados pelo custo amortizado.

A Fundação reconhece o ativo e o passivo financeiro básico inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo e o passivo financeiro básico são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativo financeiro registrado pelo valor justo por meio do resultado é medido pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

O ativo e o passivo financeiro básico são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades pertencentes à Fundação são representadas pelos recursos mantidos de saldos de livre movimentação das aplicações financeiras e de saldos com restrição de depósitos bancários.

c Imobilizado

c.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescido e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado.

c.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

d Provisão para redução ao valor recuperável de ativo (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisou o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

e Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de licenças de softwares.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

f Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

g Obrigações tributárias

A Fundação é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Fundação está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

h Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificadas no circulante, e as com prazos superiores no não circulante.

i Subvenção governamental

A subvenção governamental corresponde as contribuições provenientes de parcerias com entidades públicas da esfera municipal, firmadas em contratos, com valores, condições e prazos de recebimento estipulados. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, os valores a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

As parcerias a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

j Reconhecimento de receita

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento. Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

As receitas auferidas são provenientes de doações efetuadas em parceria com empresas e pessoas físicas; e da subvenção governamental firmada em 11 de julho de 2023 referente ao TF 229/2023 e em 17 de julho de 2024 referente ao TF 053/2024.

k Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	355	1.165
Banco C/Movimento – Recursos com restrição	3.051	934
Aplicações Financeiras – Recursos livres	51.627	40.867
	<u>55.033</u>	<u>42.966</u>

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Fundação.

5 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2024				2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Instalações	10%	2.278	(1.253)	1.025	1.253		
Móveis e utensílios	10%	2.695	(429)	2.266	1.296		
Equipamentos de informática	20%	75.417	(60.131)	15.286	10.097		
		80.390	(61.813)	18.577	12.646		

Não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("impairment").

a Movimentação do custo histórico

	1º/1/2023	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Instalações	2.278	2.278	-	2.278
Móveis e utensílios	1.495	1.495	1.200	2.695
Equipamentos de informática	62.505	62.505	12.912	75.417
	66.278	66.278	14.112	80.390

b Movimentação da depreciação

	1º/1/2023	Adições	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Instalações	(797)	(228)	(1.025)	(228)	(1.253)
Móveis e utensílios	(50)	(149)	(199)	(230)	(429)
Equipamentos de informática	(39.907)	(12.501)	(52.408)	(7.723)	(60.131)
	(40.754)	(12.878)	(53.632)	(8.181)	(61.813)

6 Intangível

	Taxa anual de amortização	2024				2023	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Licenças de softwares	25%	19.220	(15.953)	3.267	2.640		

Não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("impairment").

a Movimentação do custo histórico

	1º/1/2023	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Licenças de softwares	15.840	15.840	3.380	19.220

b Movimentação da amortização

	<u>1º/1/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2024</u>
Licenças de softwares	<u>(10.032)</u>	<u>(3.168)</u>	<u>(13.200)</u>	<u>(2.753)</u>	<u>(15.953)</u>

7 Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>5.803</u>	<u>3.813</u>

O saldo é composto por valores de compras de materiais, produtos e ou serviços utilizados na manutenção da operação da Fundação.

8 Salários e encargos sociais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários a pagar	3.746	1.260
Pis sobre folha	72	121
INSS a recolher	2.615	2.557
FGTS a recolher	905	787
Contribuição sindical a recolher	39	36
IRRF sobre folha	406	70
	<u>7.783</u>	<u>4.831</u>

9 Provisão para férias e encargos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão Férias	8.150	2.770
Provisão INSS	2.184	742
Provisão FGTS	652	222
Provisão PIS sobre folha	82	28
	<u>11.068</u>	<u>3.762</u>

10 Subvenção governamental a realizar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Subvenção governamental	26.794	25.231
Subvenção a apropriar	<u>(23.750)</u>	<u>(23.750)</u>
	<u>3.044</u>	<u>1.481</u>

11 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela doação patrimonial inicial, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 52.493(R\$ 51.505em 2023).

12 Receitas operacionais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Doações recebidas	<u>654.000</u>	<u>661.000</u>
Doações recebidas	<u>654.000</u>	<u>661.000</u>
Subvenção PMRP-CMDCA TF 229/2023	25.232	22.269
Subvenção PMRP-CMDCA TF 053/2024	20.706	-
Subvenções governamentais	<u>45.938</u>	<u>22.269</u>
	<u>699.938</u>	<u>683.269</u>

A receita da Fundação Amália Vanzella Toniello é decorrente do recebimento de doações de Empresas privadas e, em 2024 a Fundação firmou o termo de fomento 053/2024 (termo de fomento 229/2023 em 2023) com a prefeitura de Ribeirão Preto para pagamento da folha de pagamento da Assistente Social contratada.

13 Custos educacionais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cursos SENAI	(194.477)	(233.867)
Vale transporte	(40.655)	(33.085)
Refeições	(53.028)	(36.860)
Uniformes	(11.725)	(5.815)
	<u>(299.885)</u>	<u>(309.627)</u>

14 Despesas com pessoal

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e ordenados	(76.667)	(68.616)
INSS	(21.754)	(19.933)
Vale refeição e alimentação	(13.178)	(12.431)
Férias e encargos	(12.004)	(9.185)
13º salário e encargos	(7.408)	(6.227)
FGTS	(6.792)	(6.215)
Assistência médica	(1.781)	(1.537)
PIS sobre folha de pagamento	(812)	(807)
Outros benefícios	(868)	(1.465)
	<u>(141.264)</u>	<u>(126.416)</u>

15 Despesas administrativas e gerais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguéis	(122.465)	(121.334)
Manutenção instalações prédio	(60.372)	(40.238)
Processamento de dados	(17.511)	(16.890)
Energia elétrica	(6.046)	(13.599)
Depreciações e amortizações	(10.934)	(16.046)
Serviços técnicos profissionais	(14.000)	(7.710)
IPTU	(4.465)	(7.296)
Publicidade e propaganda	(8.480)	(8.279)
Impressos e materiais de escritório	(1.748)	(2.631)
Material uso e consumo	(465)	(1.524)
Prêmios de seguros	(772)	(803)
Telecomunicações	(154)	(130)
Despesas diversas	(8.901)	(7.990)
	<u>(256.313)</u>	<u>(244.470)</u>

16 Contingências

A Fundação não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários ou outras.

Os registros contábeis e as operações da Fundação estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações durante os prazos prescricionais, consoante a legislação aplicável.

17 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto a recolhimento de tributos sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

O entendimento da Administração da Fundação é que suas rendas decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não são sujeitas a tributação do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, e do PIS e da COFINS sobre suas receitas. Entretanto, caso estivesse sujeita ao pagamento dessas contribuições sobre suas receitas (exceto de aplicações financeiras), no regime cumulativo, por exemplo, teria apurado, no exercício de 2024, os seguintes montantes de PIS e da COFINS, respectivamente, R\$ 4.550 e R\$ 20.998 (em 2023, R\$ 4.441 e R\$ 20.498)O conceito de "atividade própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar de maneira significativa a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais e legais.

18 Gestão de riscos

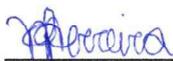
As operações da Fundação estão expostas a riscos da operação, como os riscos de taxa de juros e de liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração da Fundação, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

19 Cobertura de seguros

A administração da Fundação mantém cobertura de seguro predial contra incêndio, queda de raio e explosão, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.



Tiago Toniello
Presidente



Maria Edineia Ferreira
Contadora
CRC nº 1SP318880/O-7